

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 4, e nº 11.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	80.437	112.579	Fornecedores		3.855	12.997
Títulos e valores mobiliários - vinculados	7	57.577	57.503	Debêntures	14	92.285	73.350
Clientes	8	15.805	16.295	Empréstimos e financiamentos	13	34.888	34.597
Tributos a recuperar		-	17	Partes relacionadas	15	2.829	5.990
Despesas antecipadas		660	655	Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.494	5.638
Partes relacionadas	15	21	23	Obrigações sociais e trabalhistas		3.519	3.902
Outros créditos		376	1.464	Provisão para manutenção	16	9.601	9.517
Total do ativo circulante		<u>154.876</u>	<u>188.536</u>	Provisão para construção de obras futuras	17	6.681	6.681
				Obrigações com poder concedente	18	445	412
				Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	6.551	1.471
				Juros sobre o capital próprio a pagar	20.d)	10.455	9.074
				Outras contas a pagar		<u>541</u>	<u>470</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>175.144</u>	<u>164.099</u>
Depósitos judiciais	9	26.428	26.051				
Imobilizado	10	8.006	9.148	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	11	<u>1.424.285</u>	<u>1.411.125</u>	Empréstimos e financiamentos	13	85.301	117.012
Total do ativo não circulante		<u>1.458.719</u>	<u>1.446.324</u>	Debêntures	14	586.350	627.751
				Partes relacionadas - mútuo	15	142.317	133.627
				Provisão para manutenção	16	19.890	16.979
				Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19	3.027	2.808
				Tributos diferidos	12.a)	13.663	11.305
				Outras contas a pagar		<u>5.993</u>	<u>6.307</u>
				Total do passivo não circulante		<u>856.541</u>	<u>915.789</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20.a)	496.455	475.780
				Reserva de lucros - legal	20.b)	9.085	7.124
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		486	480
				Reserva de lucros - Orçamento de capital	20.c)	75.884	49.801
				Reserva de lucros - constituição de dividendos	20.d)	-	21.787
				Total do patrimônio líquido		<u>581.910</u>	<u>554.972</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.613.595</u></u>	<u><u>1.634.860</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.613.595</u></u>	<u><u>1.634.860</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA	21	335.392	460.486
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(176.045)	(319.549)
LUCRO BRUTO		<u>159.347</u>	<u>140.937</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(19.004)	(19.561)
Outras (despesas) receitas, líquidas		<u>(3)</u>	<u>(1)</u>
		(19.007)	(19.562)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>140.340</u>	<u>121.375</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	17.772	16.302
Despesas financeiras	23	<u>(101.359)</u>	<u>(91.650)</u>
		(83.587)	(75.348)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>56.753</u>	<u>46.027</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(15.164)	(12.549)
Diferidos	12.b)	<u>(2.358)</u>	<u>693</u>
		(17.522)	(11.856)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>39.231</u>	<u>34.171</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$)	24	<u>0,08</u>	<u>0,08</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.231	34.171
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>39.231</u>	<u>34.171</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	294.912	278.664
Com construção	53.231	195.503
Outras receitas	<u>13.972</u>	<u>13.328</u>
	<u>362.115</u>	<u>487.495</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(110.602)	(248.336)
Materiais, energia e serviços de terceiros	<u>(12.926)</u>	<u>(13.423)</u>
	<u>(123.528)</u>	<u>(261.759)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>238.587</u>	<u>225.736</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(46.348)	(52.437)
Outras	(22)	(1.820)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>192.217</u>	<u>171.479</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	17.772	16.302
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>209.989</u>	<u>187.781</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>209.989</u>	<u>187.781</u>
Pessoal	<u>23.066</u>	<u>23.088</u>
Remuneração direta	16.272	16.588
Benefícios	5.700	5.520
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.094	980
Impostos, taxas e contribuições	<u>44.227</u>	<u>37.046</u>
Federais	28.797	22.515
Municipais	15.430	14.531
Remuneração de capitais de terceiros	<u>103.465</u>	<u>93.476</u>
Juros	63.458	55.365
Aluguéis	2.107	1.826
Outros efeitos financeiros	37.900	36.285
Remuneração de capitais próprios	<u>39.231</u>	<u>34.171</u>
Juros sobre capital próprio pagos	12.300	10.676
Lucros Retidos	1.961	1.708
Constituição de reserva - Orçamento de capital	24.970	21.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reserva de lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Orçamento de Capital	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		428.139	447	5.416	56.534	7.908	-	498.444
Aporte de Capital	20.a)	33.000	-	-	-	-	-	33.000
Orçamento de capital	20.c)	14.641	-	-	(6.733)	(7.908)	-	-
Opções outorgadas reconhecidas		-	33	-	-	-	-	33
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.171	34.171
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20.b)	-	-	1.708	-	-	(1.708)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação)	20.d)	-	-	-	-	-	(10.676)	(10.676)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,05 por ação)	20.d)	-	-	-	-	21.787	(21.787)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		475.780	480	7.124	49.801	21.787	-	554.972
Aporte de Capital	20.a)	20.675	-	-	-	-	-	20.675
Capitalização de orçamento de capital	20.c)	-	-	-	(20.674)	-	0	(20.674)
Orçamento de capital	20.c)	-	-	-	24.970	-	(24.970)	-
Reclassificação orçamento de capital	20.c)	-	-	-	21.787	(21.787)	-	-
Opções outorgadas reconhecidas		-	6	-	-	-	-	6
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.231	39.231
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20.b)	-	-	1.961	-	-	(1.961)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação)	20.d)	-	-	-	-	-	(12.300)	(12.300)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,05 por ação)	20.d)	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		496.455	486	9.085	75.884	-	-	581.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	39.231	34.171
Ajustes para reconciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	46.348	52.437
Perda/baixa do ativo imobilizado e do intangível	2.543	1.238
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	83.012	71.846
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.059	798
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	519	287
Provisão para manutenção e construção de obras futuras	12.411	6.848
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	2.857	2.696
Receita sobre títulos e valores mobiliários	(3.663)	(5.426)
Tributos diferidos	2.358	(693)
Plano de opção com base em ações	6	33
Juros sobre contrato de mútuo	10.223	13.635
Levantamento dos depósitos judiciais	628	187
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(143)	(788)
Capitalização de juros	(5.213)	(4.929)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	4	22
Obrigações com Poder Concedente	4.633	4.380
Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.164	12.549
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	486	114
Tributos a recuperar	17	48
Despesas antecipadas	(5)	126
Depósitos judiciais	(862)	(1.258)
Partes relacionadas	2	(8)
Outros créditos	1.088	(170)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(9.142)	6.347
Obrigações sociais e trabalhistas	(383)	433
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.144)	1.652
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(1.359)	(512)
Outras contas a pagar	(243)	(1.410)
Partes relacionadas	(3.161)	(32.203)
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(12.273)	(5.973)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(4.600)	(4.348)
Imposto de renda e contribuição social	(10.084)	(11.913)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	169.314	140.216
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.758)	(2.855)
Aquisição de intangível	(52.938)	(186.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(55.696)	(189.268)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Títulos e valores mobiliários	3.589	7.472
Aporte de capital	20.675	47.641
Capitalização orçamento de capital	(20.674)	(14.641)
Partes relacionadas - mútuo	(1.533)	(2.045)
Captação de debêntures	-	247.456
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(10.919)	(8.703)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(78.805)	(63.372)
Juros pagos	(58.093)	(62.374)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de financiamento	(145.760)	151.434
REDUÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(32.142)	102.382
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.579	10.197
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80.437	112.579
REDUÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(32.142)	102.382
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo EcoRodovias.

Assim, ao longo dos mais de oito anos de administração, a concessionária vem alcançando resultados expressivos, tendo despontado como referência no setor. Com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, foi concluído o prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, com ligação à rodovia Oswaldo Cruz (SP-125).

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece também à confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 84.022 mil em 2018, crescimento de 1,0%, impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018 e pela greve dos caminhoneiros no período de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando esses impactos, o tráfego consolidado apresentou aumento de 3,8% devido a retomada na produção industrial na região. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

Em julho de 2018, a Ecopistas obteve reajuste contratual de 2,9% pelo IPCA.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$362,1 milhões em 2018, redução de 25,7%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$26,7 milhões, decréscimo de 1,1%.

Receita de Pedágio – atingiu R\$294,9 milhões, crescimento de 5,8%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho e aumento no volume de tráfego;

Receita Acessória – aumento de 4,8% em 2018, proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – foi de R\$53,2 milhões, redução de 72,8%, devido a conclusão das obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto em 2017.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$335,4 milhões em 2018, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$282,2 milhões, crescimento de 6,5% comparado com o ano anterior em função do crescimento de tráfego e aumento tarifário.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais tiveram redução de 42,5% e totalizaram R\$195,0 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais caixa atingiram R\$83,1 milhões, redução de 1,5%, mesmo com a inflação de 3,7% no período. As variações observadas foram:

Pessoal: totalizou R\$23,1 milhões em 2018, em linha com 2017, mesmo com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018;

Conservação e Manutenção: atingiu R\$6,5 milhões em 2018, redução de 10,4% devido a eficiência na realização da manutenção;

Serviços de terceiros: totalizou R\$39,0 milhões em 2018, 3,1% inferior a 2017, devido a readequação do contrato de prestação de serviços corporativos da controladora;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$8,1 milhões em 2018, aumento de 4,8% em função do crescimento da outorga variável devido ao crescimento da receita de pedágio;

Depreciação e Amortização: R\$46,3 milhões em 2018, 11,6% inferior a 2017, devido a atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$12,4 milhões em 2018, aumento em função da revisão dos cronogramas de provisão para manutenção futura incorporando o aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo), dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Custo de construção de obras: R\$53,2 milhões em 2018, 72,8% inferior a 2017, devido a conclusão das obras de prolongamento na Rodovia Carvalho Pinto em 2017; e

Outros: R\$6,5 milhões em 2018, aumento de 6,1% em função do incremento nos gastos com provisões para contingências cíveis e com combustíveis.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2018, foi de R\$186,7 milhões (margem EBITDA de 55,7%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$199,1 milhões com aumento de 10,2% e margem EBITDA de 70,6%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$83,6 milhões, aumento de 10,9% devido, principalmente, aos maiores juros com debêntures.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2018, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$39,2 milhões, crescimento de 14,8% comparado com resultado de 2017, influenciado, principalmente, pela melhora do EBITDA.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$138,0 milhões. A dívida bruta da Ecopistas (composta por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$798,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo 84,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,4 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$660,8 milhões (sem poder concedente) com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 3,3x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº13 e nº14 nas Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$73,2 milhões em 2018, destaque para a conclusão das obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e obras de conservação

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$96,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade

geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.
--	---	--

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$440 em 1º de janeiro de 2019.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contratos de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 12,33% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

5. RECLASSIFICAÇÃO

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$4.568 entre as rubricas "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	<u>Originalmente Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Imobilizado	13.716	(4.568)	9.148
Intangível	1.406.557	4.568	1.411.125
	<u>1.420.273</u>	<u>-</u>	<u>1.420.273</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$4.348 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades operacionais" e "Caixa gerado nas operações" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	4.348	(4.348)	-
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	-	4.348	4.348
	<u>4.348</u>	<u>-</u>	<u>4.348</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação na Demonstração do Valor adicionado para o período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(248.336)	(1.819)	(250.155)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.423)	(1)	(13.424)
Valor adicionado bruto	225.736	(1.820)	223.916
Outras	(1.820)	1.820	-
Pessoal	23.088	(1)	23.087
Federais	22.514	1	22.515
Municipais	14.532	(1)	14.531
Remuneração direta	16.588	113	16.701
Benefícios	5.520	(114)	5.406
Remuneração de capitais de terceiros	93.476	1	93.477
Aluguéis	1.826	1	1.827

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	5.198	5.353
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	72.963	105.900
Aplicações automáticas (b)	2.276	1.326
	<u>80.437</u>	<u>112.579</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações

Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT).(Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de Investimentos	<u>57.577</u>	<u>57.503</u>
Circulante	57.577	57.503

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	14.724	15.230
Receitas acessórias (b)	1.216	1.196
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(135)	(131)
	<u>15.805</u>	<u>16.295</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	15.177	15.974
Vencidos:		
Até 30 dias	621	255
De 31 a 120 dias	7	66
Acima de 120 dias	135	131
	<u>15.940</u>	<u>16.426</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	131	109
Valores recuperados	(31)	(39)
Constituição de PECLD	35	61
Saldo no fim do exercício	<u>135</u>	<u>131</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	26.051	24.192
Adições	862	1.258
Baixas	(628)	(187)
Atualização monetária	143	788
Saldo no fim do exercício	<u>26.428</u>	<u>26.051</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cível	190	572
Tributário (*)	319	-
Trabalhista	2.201	1.713
Desapropriações	<u>23.718</u>	<u>23.766</u>
	<u>26.428</u>	<u>26.051</u>

(*) Classificado como possível.

10. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo		Depreciação			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20,0	6,2	52.893	2.323	55.216	(46.362)	(3.354)	(49.716)	5.500	6.531
Máquinas e equipamentos	10,0	10,5	2.279	336	2.615	(713)	(257)	(970)	1.645	1.566
Móveis e utensílios	10,0	10,1	1.724	99	1.823	(982)	(179)	(1.161)	662	742
Veículos	20,0	26,1	421	-	421	(112)	(110)	(222)	199	309
			<u>57.317</u>	<u>2.758</u>	<u>60.075</u>	<u>(48.169)</u>	<u>(3.900)</u>	<u>(52.069)</u>	<u>8.006</u>	<u>9.148</u>

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação				Residual		
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
<i>Hardwares</i>	20,0	8,7	50.752	2.141	-	52.893	(41.876)	(4.486)	-	(46.362)	6.531	8.876
Máquinas e equipamentos	10,0	10,0	1.641	638	-	2.279	(517)	(196)	-	(713)	1.566	1.124
Móveis e utensílios	10,0	10,1	1.648	76	-	1.724	(812)	(170)	-	(982)	742	836
Veículos	20,0	17,1	255	-	166	421	(31)	(72)	(9)	(112)	309	224
			<u>54.296</u>	<u>2.855</u>	<u>166</u>	<u>57.317</u>	<u>(43.236)</u>	<u>(4.924)</u>	<u>(9)</u>	<u>(48.169)</u>	<u>9.148</u>	<u>11.060</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
			Contratos de concessão (i)	-	(ii)	1.432.322	13.838	(2.543)	210.449	1.654.066	(201.625)	(42.181)
Intangível em andamento (iii)	-	-	179.672	43.928	-	(210.449)	13.151	-	-	-	13.151	179.672
Softwares de terceiros	20,0	11,5	2.121	385	-	-	2.506	(1.365)	(267)	(1.632)	874	756
			<u>1.614.115</u>	<u>58.151</u>	<u>(2.543)</u>	<u>-</u>	<u>1.669.723</u>	<u>(202.990)</u>	<u>(42.448)</u>	<u>(245.438)</u>	<u>1.424.285</u>	<u>1.411.125</u>

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
			Contratos de concessão (i)	-	(ii)	1.383.221	42.844	(1.172)	7.070	1.431.963	(153.955)	(47.320)	9
Intangível em andamento (iii)	-	-	38.880	148.094	(66)	(7.236)	179.672	-	-	-	-	179.672	38.880
Softwares de terceiros	20,0	10,1	1.717	404	-	-	2.121	(1.172)	(193)	-	(1.365)	756	545
			<u>1.423.818</u>	<u>191.342</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(166)</u>	<u>1.613.756</u>	<u>(155.127)</u>	<u>(47.513)</u>	<u>9</u>	<u>(202.631)</u>	<u>1.411.125</u>	<u>1.268.691</u>

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e direito de outorga. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se à recuperação de pavimento nas rodovias Carvalho Pinto e Ayrton Senna.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 3,33% a.a. (3,33% a.a. em 31 de dezembro de 2017). Os principais valores concentram-se no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III.

- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a obras de construção do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto em Taubaté e recuperação de passivos ambientais e dispositivos de segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$5.213 referentes a encargos financeiros (R\$4.929 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 13,42%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 14,10%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	955	410	(336)	1.029	74
Outros	269	113	(233)	149	(120)
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	4	4	(7)	1	(3)
Provisão para manutenção	11.378	2.516	(3.867)	10.027	(1.351)
Juros capitalizados	(1.910)	(1.809)	28	(3.691)	(1.781)
AVP ônus Concessão	1.728	-	(281)	1.447	(281)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(23.729)	-	1.104	(22.625)	1.104
IR e CS diferido - (passivo) (i)	(11.305)	1.234	(3.592)	(13.663)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					<u>(2.358)</u>

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$13.663 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	1.524
2019	651	1.250
2020	651	935
2021	349	934
2022	350	935
2023	349	(5.116)
Posteriores a 2023	<u>(16.013)</u>	<u>(11.767)</u>
	<u>(13.663)</u>	<u>(11.305)</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.753	46.027
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(19.296)	(15.649)
Juros sobre capital próprio	4.182	3.630
Despesas indedutíveis	(3)	(14)
Incentivos fiscais (PAT)	196	226
Outros	(2.601)	(49)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(17.522)</u>	<u>(11.856)</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(15.164)	(12.549)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.358)	693
Taxa efetiva	30,9%	25,8%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	1.471	835
Despesa IR/CS DRE	15.164	12.549
Total de IR/CS pagos	<u>(10.084)</u>	<u>(11.913)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>6.551</u>	<u>1.471</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:				
Finem – BNDES	06/2025	TJLP + 2,45%a.a.	92.799	120.526
Finem – BNDES	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	27.390	31.083
			<u>120.189</u>	<u>151.609</u>
Circulante			34.888	34.597
Não circulante			85.301	117.012

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	151.609	182.316
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	13.781	16.679
Pagamento principal	(33.512)	(33.079)
Pagamento de juros	(11.689)	(14.307)
Saldo no fim do exercício	<u>120.189</u>	<u>151.609</u>

Garantia Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.

	Exigido	Medido
Índices financeiros		
(i) PL/passivo total	≥ 20%	36,06 %
(ii) ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20	2,35
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,32

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	33.157
2020	33.738	33.168
2021	22.512	22.207
2022	11.453	11.229
2023	9.943	9.730
Posteriores a 2023	7.655	7.521
	<u>85.301</u>	<u>117.012</u>

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	73.096	114 mensais
b	85.528	85.528	58.162	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	14.736	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	8 anuais
f	21.769	-	-	8 anuais
g	21.769	-	-	8 anuais
h	22.218	-	-	8 anuais
i	4.848	-	-	8 anuais
j	11.281	11.281	3.562	114 mensais
k	29.846	22.438	7.086	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	<u>355.396</u>	<u>277.384</u>	<u>167.556</u>	

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1ª Emissão	01/2023	IPCA+8,25%a.a.	407.561	447.317
2ª Emissão Privada	04/2026	105,0/105,5% CDI	271.074	253.784
			<u>678.635</u>	<u>701.101</u>
Circulante			92.285	73.350
Não circulante			586.350	627.751

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	701.101	476.838
Adições	-	247.456
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	69.231	55.167
Pagamento do principal	(45.293)	(30.293)
Pagamento de juros	(46.404)	(48.067)
Saldo no fim do exercício	<u>678.635</u>	<u>701.101</u>

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023,

amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;

- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	(65)	(65)	71.917	(1.602)	70.315
2020	94.639	(1.319)	93.320	91.170	(1.345)	89.825
2021	122.913	(915)	121.998	118.408	(932)	117.476
2022	83.189	(268)	82.921	80.140	(273)	79.867
2023	16.843	(66)	16.777	16.225	(131)	16.094
2024 a 2026	271.497	(98)	271.399	254.272	(98)	254.174
	<u>589.081</u>	<u>(2.731)</u>	<u>586.350</u>	<u>632.132</u>	<u>(4.381)</u>	<u>627.751</u>

A Companhia possui contratos com cláusulas (“covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	36,06%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	2,35
	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	4,04
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	3,32

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,68% a.a.
2ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,82% a.a.
3ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,78% a.a.
4ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,69% a.a.
1ª série – 2ª emissão	14/07/17	100.000	(206)	99.794	105,0% CDI	6,81% a.a.
2ª série – 2ª emissão	14/12/17	70.000	(144)	69.856	105,5% CDI	6,75% a.a.
3ª série – 2ª emissão	14/12/17	40.000	(82)	39.918	105,5% CDI	6,75% a.a.
4ª série – 2ª emissão	14/12/17	40.000	(82)	39.918	105,5% CDI	6,75% a.a.
		<u>620.000</u>	<u>(13.534)</u>	<u>606.466</u>		

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, bolsa, balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Não Circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias	Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	2.089	-	18.083	9.385
Ecorodovias	Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	142.317	-	10.223
Ecorodovias	Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	7	-	7	-	-	-
Eco135	Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2	-	-	-	-	-
Ecopátio	Logística Cubatão Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	12	-	-	-	-	-
CR Almeida S.A.	Engenharia e obras (e)	Outras partes relacionadas	-	5.734	-	-	-	-
TB Transportadora	Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	492	26	-	-	-
CBB Ind. E Com.	Asfalto e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	5.841	707	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2018			21	12.067	2.829	142.317	18.083	19.608
Total em 31 de dezembro de 2017			23	93.716	5.990	133.627	18.864	23.425

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$28.019. O saldo em aberto de R\$2.089 em 31 de dezembro de 2018 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mútuo será atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2018, há um saldo em aberto de R\$142.317 (R\$133.627 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se a troca de moedas entre a Companhia e o Ecopátio Logística Cubatão Ltda.
- (e) A CR Almeida Engenharia e Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada

para a execução de obras civis do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificamente os lotes 02 e 03. O preço global firmado para execução destes serviços foi de R\$120.779 e o prazo foi 31 de março de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, não há saldos a pagar em aberto (de serviços já realizados).

- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$17.888. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto de R\$733 (sobre serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2018 em R\$1.743 (R\$1.483 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	997	790
Plano de opção com base em ações	6	33
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	115	276
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	95	90
Previdência privada	55	51
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	210	241
	<u>1.480</u>	<u>1.483</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 12,33% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	48.770	18.612	-	-	67.382
Efeito de valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(13.674)	(6.201)	-	-	(19.875)
Realização da manutenção	(17.696)	-	(12.273)	-	(29.969)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	9.096	-	-	2.857	11.953
	<u>26.496</u>	<u>12.411</u>	<u>(12.273)</u>	<u>2.857</u>	<u>29.491</u>
Circulante	9.517				9.601
Não circulante	16.979				19.890

	31/12/2016	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	40.290	8.480	-	-	48.770
Efeito de valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(12.042)	(1.632)	-	-	(13.674)
Realização da manutenção	(11.723)	-	(5.973)	-	(17.696)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	6.400	-	-	2.696	9.096
	<u>22.925</u>	<u>6.848</u>	<u>(5.973)</u>	<u>2.696</u>	<u>26.496</u>
Circulante	4.579				9.517
Não circulante	18.346				16.979

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos em 2009, ano da constituição da provisão.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	13.169	13.169
Realização da construção	(6.489)	(6.489)	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Ajuste a valor presente	3.971	3.971	3.971
	<u>6.681</u>	<u>6.681</u>	<u>6.681</u>
 Circulante	 6.681	 6.681	 6.681

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelas variáveis	445	412

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	412	380
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	4.633	4.380
Pagamentos	(4.600)	(4.348)
Saldo no fim do exercício	<u>445</u>	<u>412</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2018 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	78.657	63.522
Conservação especial (manutenção)	428.813	385.860
Equipamentos	231.126	225.203
	<u>738.596</u>	<u>674.585</u>

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a companhia, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da companhia.

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	954	1.854	2.808
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	706	353	1.059
(-) Pagamentos	(665)	(694)	(1.359)
(+) Atualização monetária	254	265	519
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.249	1.778	3.027
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.031	1.204	2.235
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	280	518	798
(-) Pagamentos	(348)	(164)	(512)
(+) Atualização monetária	(9)	296	287
Saldos em 31 de dezembro de 2017	954	1.854	2.808

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$29.649 em 31 de dezembro de 2018 (R\$28.907 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$5.161 (R\$6.535 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$ 192, os quais foram avaliados como "perdas possíveis" pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$496.455 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$475.780, representado por 496.454.987 e 475.779.687 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 21 de dezembro de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$20.675.300 (vinte milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e trezentos reais), mediante a emissão, nesta data, de 20.675.300 (vinte milhões, seiscentas e setenta e cinco mil e trezentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$9.085 (R\$7.124 em 31 de dezembro de 2017).

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2018 é de R\$75.830 (R\$49.801 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$10.919, refere-se a: R\$9.074 juros sobre o capital próprios remanescentes do exercício de 2017, aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 21 de dezembro de 2018 e R\$1.845 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2018 (dos R\$12.300 contabilizados), remanescendo um saldo de R\$10.455, calculados conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	39.231	34.171
Reserva legal (5%)	(1.961)	(1.708)
Base de cálculo dos dividendos	37.270	32.463
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	12.300	10.676
Orçamento de capital	24.970	-
Dividendos adicionais propostos	-	21.787

21. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	120.302	113.932
Pedágio por equipamento eletrônico	166.894	157.913
Vale-pedágio	7.716	6.819
	<u>294.912</u>	<u>278.664</u>
Receita de construção (b)	53.231	195.503
Receitas acessórias (c)	13.972	13.328
	<u>67.203</u>	<u>208.831</u>
Receita bruta	362.115	487.495
Deduções da receita bruta	(26.723)	(27.009)
Receita líquida	<u>335.392</u>	<u>460.486</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	294.912	278.664
Receitas acessórias	13.972	13.328
	<u>308.884</u>	<u>291.992</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(9.267)	(8.760)
PIS (0,65%)	(2.008)	(1.898)
ISS (2% a 5%)	(15.429)	(14.531)
Abatimentos	(19)	(1.820)
	<u>(26.723)</u>	<u>(27.009)</u>

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	23.066	23.088
Conservação e manutenção	6.470	7.224
Serviços de terceiros (*)	38.962	40.196
Seguros	1.346	1.508
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	4.633	4.380
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	12.411	6.848
Custo de construção de obras	53.231	195.503
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e 11)	46.348	52.437
Locação de imóveis e máquinas	2.107	1.826
Outros custos e despesas operacionais	6.475	6.100
	<u>195.049</u>	<u>339.110</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	176.045	319.549
Despesas gerais e administrativas	19.004	19.561
	<u>195.049</u>	<u>339.110</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.024	8.384
Variação monetária sobre créditos fiscais	144	792
Variação monetária sobre debêntures	3.881	2.175
Juros capitalizados	5.213	4.929
Outras	510	22
	<u>17.772</u>	<u>16.302</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(34.285)	(36.767)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.947)	(14.327)
Juros sobre debêntures privadas	(17.226)	(4.271)
Variação monetária sobre debêntures	(19.397)	(14.657)
Amortização de custos das debêntures	(2.204)	(1.647)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.834)	(2.352)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº 16)	(2.857)	(2.696)
Juros sobre contrato de mútuo	(10.223)	(13.635)
Outros	(1.386)	(1.298)
	<u>(101.359)</u>	<u>(91.650)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(83.587)</u>	<u>(75.348)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	39.231	34.171
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	476.348	455.474
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,08</u>	<u>0,08</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	799.269	853.122
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(138.014)</u>	<u>(170.082)</u>
Dívida líquida	<u>661.255</u>	<u>683.040</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>581.910</u>	<u>554.972</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,14</u>	<u>1,23</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2018, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		5.198	5.198
Clientes (i)	Custo amortizado	15.805	15.805
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Valor justo através do resultado	132.816	132.816
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	3.855	3.855
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	120.189	120.189
Debêntures (iii)	Custo amortizado	678.635	678.635
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	445	445
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Custo amortizado	275	275

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco

que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.032 (R\$13.568 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	125.672	124.184	150.246	119.724
Debêntures Privadas	105,00% CDI	18.360	7.933	8.465	134.681
Debêntures Privadas	105,50% CDI	21.539	11.555	12.333	208.135
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.077	6.677	6.253	14.149
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	35.454	33.096	19.822	19.658
		<u>208.102</u>	<u>183.445</u>	<u>197.119</u>	<u>496.347</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	4.628	5.785	6.942
Debêntures (a)	Alta do CDI	(44.491)	(50.236)	(55.987)
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(49.381)	(50.126)	(50.875)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(3.101)	(3.876)	(4.652)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(6.561)	(8.202)	(9.842)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(98.906)</u>	<u>(106.655)</u>	<u>(114.414)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	4,0%	5,0%	6,0%
TJLP (c)	7,0%	8,7%	10,8%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores